

DESIGUALDADES DA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL BRASILEIRA: ENTRE O DIREITO E A MERCANTILIZAÇÃO DA MORADIA

Janayna Aparecida Cardoso Melo^{1(PG)*}, Janes Socorro da Luz^{2 (PQ)}

1. Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades no programa Território e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Campus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas (jlmelloj7@hotmail.com). Brasil.

2. Professora Doutora no programa Território e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Campus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas. Brasil.

Resumo: Buscamos neste resumo evidenciar várias abordagens teóricas que trataram das questões vinculadas à pobreza e desigualdade junto às críticas realizadas ao desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) seja pelas formas ora focalistas, ora abusivas, pelas quais passam as pessoas interessadas em realizar o cadastro para participarem da seleção no programa em nível municipal. A metodologia foi estruturada a partir dos referenciais teóricos vinculados ao tema, ou seja, utilizamos a pesquisa bibliográfica. Há o discurso de que se abriu um espaço para o debate, formulação e implementação de um projeto habitacional que seria realmente direcionado à classe social que detém o menor poder aquisitivo (de zero a três salários mínimos) com um financiamento subsidiado pelo governo federal por meio do MCMV a partir de 2009. Este programa poderia ter contribuído para uma redução do déficit não somente habitacional se não tivesse sido usado como uma estratégia conjunta ao setor imobiliário promotor de uma especulação ampliada e financeira ainda em curso considerando inclusive o fato de que não houve alterações nas bases estruturais, uma delas a questão do acesso a terra e a efetiva regulação da função social da propriedade.

Palavras-chave: Segregação. Programa Minha Casa, Minha Vida. Focalização e universalização. Desigualdade.

Introdução

A partir da década de 1980 os debates sobre as cidades, questão urbana e moradias dignas se intensificaram para que pudesse ser estabelecida uma política pública habitacional em que as demandas não só por construções de unidades habitacionais pudessem ser mitigadas. No entanto, com o modelo “tercerizador” (ajuste estrutural – 1980- e posterior administrativo - 1990 – para promoção de mecanismos de mercado) processado pelo governo brasileiro priorizando mais uma vez a construção quantitativa de unidades habitacionais foi experimentada outra onda conservadora que visava produzir consensos para que o capital pudesse penetrar no espaço urbano (e não somente) com poucas resistências.

Logo, neste resumo buscaremos responder as seguintes questões: quais foram os elementos que contribuíram para que a política habitacional brasileira a partir da década de 2000 oscilasse entre a iniciativa de uma construção democrática diante da questão urbana e o fomento de grandes capitais de engenharia? Como se encara a questão da pobreza e da desigualdade no processo de seleção dos mutuários? E qual

o panorama abordado pelos autores referenciados sobre a performatização, periferação e segregação sofridos pelos sujeitos? A metodologia de pesquisa para compor este estudo foi predominantemente bibliográfica.

Portanto, buscamos responder a hipótese de que o padrão estético, estrutural e segregador continuam replicados nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida- MCMV.

Material e Métodos

A casa própria¹ é tida como um elemento que classifica e distingue os diferentes tipos de estratos sociais principalmente por definir e destacar aqueles detêm a posse da propriedade dos que não a possuem. Logo, o onde morar e como morar são construídos como dispositivos de distinção para definir os “portadores de direitos” dos segregados. Em 2009 foi instituído o MCMV com o escopo de criar mecanismos de estímulo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para grupos familiares com renda mensal de até 10 (dez) salários-mínimos. Raquel Rolnik *et al.* (2015, p.139) afirmam quais foram as articulações, investimentos e projeções que contribuíram para o programa “rodar” a qualquer custo e afirmam que prevalece um padrão característico de uso de solo predominantemente monofuncional com poucos serviços, equipamentos públicos ou comércios disponíveis.

O MCMV tem em sua estrutura um rol de complexidades, outra delas se refere aos critérios de priorização nacionais. Se estabelecerem prioridades de atendimento a grupos específicos e verifica-se a iniciativa de focalização das ações a fim de promover uma espécie de compensação ou justiça social. Mas também é possível identificar conforme Gomes, Pinto e Campos (2017) que ao se estabelecer critérios tão seletivos é necessário todo um aparato burocrático mais robusto que além da capacitação do corpo técnico buscando evitar os “vazamentos” daqueles que não se enquadram nos critérios estabelecidos pelos governos. Inclusive ao lidar com as situações de corporativismo, assistencialismo e clientelismo ainda impregnada no aparato estatal e social. Assim, ao vincular o acesso a habitação e desigualdade podemos dialogar com Codes (2008) apresentando a pobreza a partir da perspectiva de *multidimensionalidade* entendida como um fenômeno social complexo que envolve

¹ Segundo Nascimento (2016, p. 147) “cenário brasileiro que coloca a casa como ativo financeiro (pelo subsídio ou pelo microfinanciamento) para entrar no circuito econômico financeiro global, alimentado pela maquinaria da propriedade privada e pela massificação internacionalizada da casa.”

aspectos materiais, subjetivos; dimensões políticas e sociais que se expressam nas complexidades e diversidades de contextos.

Logo, a desigualdade “impõe-se, inclusive, na segregação do espaço em que os indivíduos se inserem e se movimentam, delimitando o lugar de cada cidadão na face urbana” (SCALON, 2011, p.54). A metodologia de pesquisa para compor este estudo foi predominantemente bibliográfica. Houve a revisão da literatura sobre as políticas habitacionais brasileiras, poder de influência e participação dos atores sociais, também, foram analisados documentos oficiais.

Resultados e Discussão

Neste resumo expomos que antes mesmo da década de 1990 o incentivo e participação ativa dos grandes capitais de engenharia já estavam articulados ao poder do Estado e promoveram apenas a redução mínima do déficit habitacional que historicamente está concentrado na proporção que detêm até cinco salários mínimos. E que a partir de 2003 o “segmento popular” foi o alvo desse capital, pois houve o fomento por diversas maneiras, desde a concessão de subsídios, isenção de impostos até a promoção midiática e a construção de um discurso incoerente com a realidade brasileira. Outro ponto abordado foi a questão da pobreza e da desigualdade no processo de seleção dos mutuários.

Percebemos com base nos autores referenciados que pobreza e desigualdade são categorias e experiências distintas. Que os critérios nacionais de seleção ou para cadastros atuais relacionados ao MCMV, apesar de se encaixarem como uma tentativa de focalização são prejudiciais à medida que constroem pessoas, criam mecanismos absurdos para comprovação de pobreza (já discutida que é multidimensional e subjetiva), excluem outra parte que tem suas especificidades, mas que não se encaixam nos critérios básicos (por exemplo: uma mulher que não tenha filhos), entre outros. Outra questão está relacionada à periferização, segregação e inacessibilidade aos equipamentos e serviços públicos, ou mesmo quando há tais dispositivos e estes não podem ser plenamente acessados, ambas situações podem ser caracterizadas como uma parte “das síndromes de pobreza” que expõem as complexidades e multidimensionalidades das desigualdades vividas na cidade e especificamente nos residenciais, conjuntos habitacionais ou condomínios do MCMV demonstrando como são planejadas e executadas as ações do Estado que não está presente no cotidiano dos moradores. Pois, o direito à moradia não foi elaborado de

tal forma, considerando os moradores como sujeitos. Destarte, a disposição e disponibilização ocorreram apenas como uma resolução para a demanda de casas (mas não somente, como já foi apresentado). Logo, a periferização e a segregação não são vistos em primeiro plano apenas pela localização dos imóveis, mas pela localização social que é dada a quem não detém capital político, cultural e principalmente econômico suficiente para adquirir um imóvel sem a interferência direta do Estado.

Considerações Finais

A trajetória da política habitacional brasileira é pontuada por várias mudanças refletindo como tem sido compreendida, ou seja, como política de governo e não como política de Estado. Desde o final do século XIX construções ideológicas segregacionistas se incrustaram na sociedade brasileira— com a contribuição do Movimento Higienista— pesando a segregação classista, periférica, racial, econômica, social e cultural construindo ações públicas que criminalizavam e invisibilizavam os não brancos, os não ricos, os não urbanos.

Assim, ao propor que novos contratantes do financiamento habitacional da faixa um, que possuem uma renda familiar bruta de até três salários mínimos alcancem apenas o “direito à propriedade” por meio de políticas econômicas travestidas de interesse social é possível visualizar mais uma das formas de dismantlar a luta por outras formas de construção social menos restrita. Ou seja, essa lógica faz parte da dinâmica capitalista que transforma o direito à habitação em novos modelos de consumo deixando ao lado problemas estruturais que incluem mais que o direito à cidade.

Acreditamos que o uso conjunto de políticas focalistas e universalistas é mais justa, pois tem um nível de abrangência maior enquanto ao mesmo tempo pode haver o direcionamento de esforços ao atendimento de demandas de grupos específicos. Ao estabelecermos uma breve análise sobre a realidade de execução do PMCMV por meios das referências pesquisadas confirmamos a hipótese de que o padrão estético, estrutural e segregador continuam replicados por diversas maneiras. Porém se faz necessário o aprofundamento do estudo das formas de inserção do programa para além das questões ora postas.

Por fim, acreditamos que o sucesso das políticas públicas dependem de uma coerência em sua formulação junto ao debate e negociações com as pluralidades de

atores envolvidos até o locus de implementação, ou seja, com descentralização e efetiva participação da sociedade civil aumentando a compreensão de problemas e propostas ampliando o conhecimento real e crítico a fim de minimizar erros de planejamento alcançando melhores resultados articulando interesses sociais para que seja uma construção de baixo para cima. Ou seja, uma comunicação efetiva com o Estado só poderia acontecer neste protótipo de democracia representativa se as experiências e vivências dos sujeitos pudessem ser expressas durante os processos produtivos – criativos- formuladores- executores fazendo com que houvesse a circulação de informações objetivando mudanças concretas, ou seja, por meio de um arranjo legitimador democrático consociativo².

Agradecimentos

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Território e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Referências

CODES, A.L.M. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. IPEA: Texto para discussão. n. 1332, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4888%3Aa-trajetoria-do-pensamento-cientifico-sobre-pobreza-em-direcao-a-uma-visao-complexa&catid=170%3A2012&directory=1&Itemid=1>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GOMES, Darcilene; PINTO, Giovana; CAMPOS, Luciane. *Desigualdade, pobreza e políticas sociais: discutindo uma visão sobre a focalização*. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/1002gomesetal.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

HENRIQUES, Ricardo. *Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil*. In: *Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Organizado por Marlova Jovchelovich Noleto e Jorge Werthein ? Brasília: Unesco, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinicius; GUERRA, Pedro Henrique. *Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida*. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 6, p. 1531-1554, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/37923>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

ROLNIK, Raquel et al. *O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, Maio 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100127&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SCALON, Celi. *Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate*. Contemporânea, n. 1, jan-jun. 2011, p. 49-68. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/20/5>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

²Ver LOUREIRO, MACÁRIO e GUERRA, 2015, p.1533